

Ensino teórico, más opções dos alunos e duração dos cursos "ajudam" ao insucesso

RELATÓRIO PARA A OCDE

Ministério do Ensino Superior faz retrato das universidades e politécnicos

BÁRBARA WONG

Portugal continua a ser um dos países europeus onde menos jovens chegam ao ensino superior e onde menos adultos fazem formação ao longo da vida. Mesmo os professores, de universidades e politécnicos, investem pouco na sua formação.

Estes são alguns dos dados que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) compilou para fazer o *Background Report*, que vai ser enviado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). O ministério pediu a esta organização internacional para avaliar o ensino superior português. O relatório final será conhecido em Dezembro. Entretanto, a equipa da OCDE continua em Portugal para conhecer algumas das instituições.

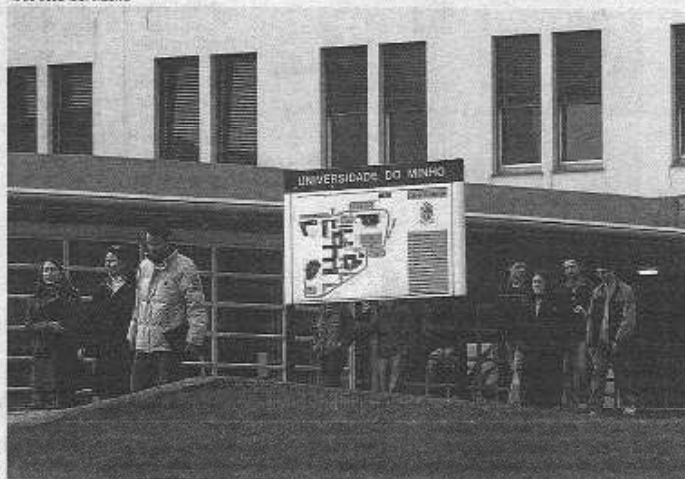
As universidades e politécnicos têm continuado a oferecer formações tradicionais, não se conseguindo adaptar a novos públicos, retrata o ministério. Só recentemente foi criada legislação que possibilita aos adultos fazer formação pós-secundária. Com a aplicação do processo de Bolonha, que prevê a harmonização do ensino superior europeu, a tutela pretende que mais adultos cheguem a este nível de ensino.

Segundo dados da União Europeia, apenas 4,6 por cento das pessoas entre os 25 e os 64 anos estão envolvidas em cursos de educação/formação. O país onde mais adultos estudam ou fazem formação é a Dinamarca, com 27 por cento.

Taxas de abandono aumentam

Bolonha pode ainda contribuir para o aumento das percentagens dos alunos que chegam ao final dos cursos, acredita o MCTES. O ensino demasiado

MARCO DELGADO/CONTRASTO



As universidades do Minho (na foto) e de Trás-os-Montes são as mais eficientes em Portugal

teórico, o número de anos que dura um curso ou as más opções feitas pelos alunos quando escolhem a licenciatura podem explicar as elevadas taxas de insucesso. Segundo o relatório, as universidades públicas contribuem com 31 por cento dos graduados, os politécnicos com 35 por cento e os privados com 34 por cento.

Quanto ao abandono no ensino superior público – percentagem de estudantes inscritos que abandonaram o

curso sem obter um diploma em relação ao total de inscritos –, a evolução nos últimos anos (entre 2002 e 2004) revela que as taxas têm vindo a subir em quase todas as áreas de formação. São inferiores na área das ciências da saúde e mais elevadas na área da agricultura, ciências sociais e humanas e economia e gestão.

Para definir o financiamento de cada instituição, o MCTES introduziu na fórmula de financiamento uma nova

variável: a média da eficiência para medir o sucesso no ensino superior. O ministério passou a ter em conta, além do número de alunos inscritos, os que abandonaram e os diplomados. Essa média de eficiência varia entre zero e um, ou seja, quanto mais próximo estiver de um, mais sucesso têm os alunos dessas instituições.

Segundo dados de 2004 e tendo em conta os resultados dos estudantes nas licenciaturas, mestrados e doutoramentos,

as universidades de Trás-os-Montes e do Minho são as que têm maior grau de eficiência (0,66). A pior classificada é a de Évora, com 0,42. Entre os politécnicos, em primeiro lugar está Viana do Castelo (0,65), seguido de Portalegre (0,63); o pior classificado é o instituto de Leiria, com apenas 0,37.

Queda das inscrições

A diminuição da taxa de natalidade repercutiu-se nas entradas de novos alunos no ensino superior. Desde o final dos anos 90 que as inscrições nas universidades e politécnicos têm vindo a cair. No sector público essa quebra só começou a fazer-se sentir a partir de 2003/2004.

As universidades e politécnicos privados são os que mais têm sentido esta quebra, em áreas como o Direito ou as Ciências Sociais. A exceção vai para a Saúde e Protecção Social, áreas que continuam a captar mais alunos. O mesmo acontece no ensino público.

OMCTES reporta ainda que, no sector público, há centenas de cursos com menos de cem alunos inscritos. Embora muitas instituições acabem por abrir pequenos pólos noutras cidades da região.

Em Portugal há mais de 170 instituições de ensino superior, concentradas sobretudo no litoral, em Lisboa, Porto e Coimbra. As três cidades disponibilizam metade da oferta pública. Quanto à privada, Lisboa conta com 42 por cento da oferta, o Porto com 28 por cento e Coimbra não chega aos quatro por cento.

"A estrutura e rede do ensino superior é um dos grandes problemas. O sistema cresceu sem parar ao longo das últimas décadas, com um número de instituições a atingir a excelência, mas muitas outras ainda sem os recursos humanos necessários a assegurar um ensino de qualidade e investigação", diagnostica-se no relatório.

O número e tipo de instituições, a acreditação de cursos, a dispersão geográfica dos estabelecimentos de ensino e o nível de internacionalização são, por isso, alguns dos aspectos a ser analisados pela OCDE. ■ COM I.L.

DISTRIBUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Região	Ensino Público		Ensino Privado		Católica	Outros Públicos		TOTAL
	Univ.	Polit.	Univ.	Polit.		Univ.	Polit.	
Algarve	1	1	2	1	-	-	-	5
Aleantejo	1	3	5	-	-	-	-	9
Centro	3	8	7	9	3	-	2	32
Lisboa	5	4	20	23	2	4	9	67
Norte	3	6	14	25	2	-	3	53
Açores	1	-	-	-	-	-	-	1
Madeira	1	-	-	2	-	-	-	3
Total	15	22	48	60	7	4	14	170

CORPO DOCENTE DO ENSINO SUPERIOR (em percentagem)

	Universidades Públicas	Politécnicos Públicos	Universidades Privadas	Outras escolas privadas
Doutoramento	55,2	9,8	27,4	13,9
Mestrado	24,1	39,4	32	31,3
Licenciatura	19,1	45,6	39,3	51,8

Fonte: OCES 2006, OCES 2004

Nova versão do relatório deixa de fora críticas mais duras

O nome do capítulo é o mesmo – *Principais problemas e desafios* –, mas as semelhanças entre a primeira versão do relatório que servirá de suporte à avaliação da OCDE sobre o ensino superior português e o documento ontem divulgado pela tutela ficam-se por aí. Na prática, desapareceram da parte final as considerações explicitamente mais críticas e recomendações.

Há cerca de um mês, o *Background Report*, elaborado por um secretário de técnico nacional, foi distribuído pelos parceiros, para que fizesses sugestões e críticas. Concluída essa etapa, a nova versão limita-se a fazer

a caracterização do sistema e transformar as considerações em perguntas.

"Que estratégias devem ser seguidas para promover o acesso a novos públicos, incluindo os oriundos das classes trabalhadoras e de estratos socioeconómicos mais baixos?", interroga-se.

Na versão de Março, os autores escreviam: "Os estudantes do ensino superior estão longe de constituir uma amostra representativa da sociedade portuguesa em geral. A proporção de inscritos oriundos das classes trabalhadoras e de estratos socioeconómicos mais baixos continua a

ser muito inferior aos das classes médias e altas. Há indícios fortes de que existem obstáculos significativos que estão a impedir o acesso ao ensino superior."

Uma das explicações sugeridas aponta para o "valor das bolsas ser em média provavelmente demasiado baixo para atrair alunos das classes mais desfavorecidas". O número reduzido de apoios máximos atribuídos "parece indicar que o sistema de acção social não foi eficaz na atracção de um número razoável de estudantes" com esta origem.

A rede "muito fragmentada de ins-

tituições" e a "sobrecapacidade do sistema, em termos de recursos físicos e humanos" eram outros aspectos críticos apontados. Também a questão da "baixa eficiência pedagógica" era referida e acompanhada de valores que não constam da versão mais recente. E mostram que as "taxas de sobrevivência" nas universidades públicas baixaram entre 2003 e 2004: de 37 para 34 por cento.

O PÚBLICO tentou perceber junto do Ministério da Ciência e do Ensino Superior a razão destas alterações mas não foi dada resposta a tempo do fecho da edição. ■ ISABEL LEIRIA

Aumentar o número de doutores

O número de doutoramentos concluídos em Portugal é ainda pequeno. Para cada 51 novos diplomados, é formado um doutor, quando em Espanha o rácio é de um para 30. A Alemanha, que apresenta a relação mais favorável, consegue uma relação de um doutorado para cada sete licenciados. A aposta neste grau de estudos em Portugal é referida pela generalidade dos especialistas como um factor decisivo para a criação da massa crítica que é necessária ao desenvolvimento científico. Outro aspecto a merecer atenção prende-se com o facto de os docentes continuarem a optar por fazer os doutoramentos nas instituições onde já trabalham.

Instituições fortes em áreas específicas

Estimular a diversidade e flexibilidade do sistema de ensino superior, em particular no que respeita à especialização das diferentes instituições, é uma das vias tidas como necessárias ao desenvolvimento do sistema de ensino superior. Para isso deve ser privilegiada a relação entre universidades e politécnicos, "valorizando a excelência" em ambos os subsistemas. Em vez de se expandir mais o ensino superior, o ministério propõe que este seja consolidado e reorganizado. Para isso é necessário fazer avaliação de forma "independente, transparente e rigorosa".

Clarificar regras para atribuição de verbas

É necessário garantir maior estabilidade no financiamento do ensino superior. Clarificar as regras para a atribuição de verbas, com base numa relação de confiança entre as instituições e o Estado. Este ano, a fórmula de financiamento sofreu uma alteração com a introdução de factores qualitativos. O relatório diz ainda que é preciso rever a lei de autonomia e o estatuto da carreira docente, de maneira a melhor adaptar a academia aos objectivos europeus. ■ I.L./B.W.